

A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: Utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro

Eucilene Rodrigues Pita¹
Licia Regina Gonzaga do Nascimento²
Telma Coimbra Brandão³

¹Atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural nos perímetro de Irrigação Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro no município de Petrolina-PE. Graduada em Serviço Social pela UEPB, pós-graduada em Saúde Pública pela FACISA e Gestão Ambiental pela EEEM-BA, atualmente aluna do curso de especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural. E-mail: eucilene.pita@gmail.com

²Atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho, no município de Petrolina-PE. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, com Especialização em Recursos Humanos com ênfase em Gestão de Pessoas, Especialização em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos e atualmente

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre políticas públicas direcionadas aos agricultores e agricultoras familiares dos Perímetros de Irrigação Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro no município de Petrolina – PE. A ação do extensionista junto a este público busca sintetizar historicamente a agricultura familiar, fazendo uma breve contextualização dos perímetros irrigados em foco. Apresenta também uma proposta de evidenciar os benefícios e entraves vivenciados por esses/as agricultores/as familiares e suas organizações nos programas PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Nessa conjuntura serão apresentadas algumas proposições que apontam caminhos para a execução do acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas; ATER e Perímetros Irrigados Nilo Coelho; Área Maria Tereza e Bebedouro.

The Effectuation of Rights to Public Policies for Family Agriculture: Utopia or Reality? A Look at the Nilo Coelho Perimeters, Maria Tereza Area, and Bebedouro

ABSTRACT

This paper presents a study on public policies directed at farmers and smallholders farms of the Nilo Coelho Irrigation Perimeter, Maria Tereza and Bebedouro areas on the city of Petrolina – PE. The action of the extensionist with this audience seeks to historically synthesize the family agriculture, with a brief contextualization of the irrigated perimeters in focus. It also presents a proposal to highlight the benefits and barriers experienced by these family farmers and their organizations in PNAE – National School Feeding Program and PAA – Food Acquisition Program. At this juncture we will present some propositions that indicate avenues for the implementation of access to public policies.

Keywords: Family farm; Public policies; ATER and Irrigated Perimeters Nilo Coelho; Maria Tereza and Bebedouro Areas.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema **A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro**. Fundamentando-se em leis que caracterizam a agricultura familiar e as políticas públicas de apoio ao fortalecimento desse segmento, esse trabalho tem dentre seus propósitos o de apontar para os benefícios e entraves vivenciados por agricultores familiares dos Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, no que diz respeito ao acesso e/ou à falta desse a algumas políticas públicas, em destaque o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e ao PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. O referido texto foi feito a partir de um recorte de informações levantadas junto a agricultores/as, representantes de organizações, gestor de um desses programas, e da vivência de profissionais da ATER, que atuam nesses Perímetros.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar são realizadas de forma descentralizada, o que oportuniza uma maior participação da população rural, fortalecendo as unidades produtivas no âmbito da produção, comercialização, organização e questões ambientais. Neste contexto os agricultores familiares dos perímetros irrigados apresentam, ainda, um déficit no envolvimento junto aos órgãos que trabalham as deliberações dessas políticas, dificultando o acesso e empoderamento de seus direitos enquanto homens do campo. Por outro lado, há uma falha, por parte das instituições executoras, na execução dessas políticas, seja por conta da burocratização ou pela limitação no planejamento. Com isso ocorre uma descredibilidade por parte dos agricultores da área irrigada e conseqüentemente o afastamento desses para acessar tais políticas. Frente a essa realidade será proposta aos leitores uma reflexão acerca da realidade da agricultura familiar dos perímetros irrigados, na qual se entende como uma proposta de mudança a participação mais ampla desse grupo nos conselhos gestores e sua efetivação como sujeito político, entendedor de seu papel enquanto agente transformador de sua realidade social.

A metodologia usada foi a pesquisa documental, coleta de informações junto a agricultores/as e representantes de algumas organizações dos citados Perímetros, a técnicos da ATER e da Prefeitura Municipal de Petrolina, IPA – Instituto de Pesquisa e Sindicato Rural, sendo utilizadas entrevistas semiestruturadas.

O trabalho está dividido em três partes: na primeira, foi feito um breve histórico sobre as políticas públicas, dando enfoque às voltadas para agricultura familiar; na segunda, um relato sintetizado sobre a agricultura familiar no Brasil e seu processo de conquistas; no terceiro, a contextualização dos Perímetros Irrigados Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, mostrando a ação do Extensionista junto a esse público, finalizando com proposições que poderão contribuir para o acesso efetivo às políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de propor uma reflexão acerca de melhorias no processo de ingresso às políticas públicas, é importante conhecer conceitos sobre políticas públicas

aluna do curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, na UNIVASF. E-mail: liciagonzaga2@hotmail.com.

³Assistente Social, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, pós-graduada em Gestão de Pessoas e Relações Humanas pela Escola de Engenharia de Agrimensura de Salvador – BA. Extensionista, atua como Técnica em Metodologia e Extensão Rural no Perímetro de Irrigação Nilo Coelho, município de Petrolina-PE, atualmente aluna do Curso de Especialização em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e Extensão Rural, realizado pela UNIVASF – Universidade do Vale do São Francisco. E-mail: telmacoimbrando@gmail.com.

e agricultura familiar e buscar caminhos que promovam a inclusão nos espaços que contribuam para o fortalecimento dos agricultores familiares e suas organizações.

No conjunto de direitos dos agricultores familiares, a ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural é um desses e se configura como instrumento facilitador para o conhecimento de direitos e meios de acesso a políticas públicas.

A seguir será apresentada uma abordagem sobre políticas públicas para agricultura familiar, agricultura familiar no Brasil, e uma contextualização sobre os Perímetros de irrigação Bebedouro, Nilo Coelho e área Maria Tereza.

Políticas públicas no contexto da agricultura familiar

As Políticas Públicas como área de conhecimento vêm sendo estudadas por diversos autores nas áreas acadêmicas, envolvendo o campo da interdisciplinaridade. Podendo ser entendidas como o conjunto de ações desenvolvidas através de planos e programas governamentais nas esferas públicas e privadas voltadas à intervenção das demandas da sociedade civil organizada, com enfoque nas diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal.

Segundo Souza (2006) na área do governo, a introdução das políticas públicas se inicia na Guerra Fria como ferramenta das decisões do governo e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos Estados Unidos foi Robert McNamara que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental.

Souza (2006), em seu artigo sobre políticas públicas: uma revisão literária, cita Lowi (1964), que ressalta que a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro, das políticas **distributivas**, nas quais as decisões são do governo, desconsidera a questão dos recursos limitados, seu foco é mais individual do que universal. O segundo é o das políticas **regulatórias**, estas políticas são mais visíveis ao público, pois envolvem a burocracia, os políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas **redistributivas**, as chamadas políticas universais como sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas **constitutivas**, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

As políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar são implementadas a partir dos anos 1990, no governo Collor. Esta conquista se fez oriunda de movimentos sociais de agricultores e vem trazendo um grande desenvolvimento socioeconômico para a área rural.

As principais políticas acessadas pelos agricultores nos Perímetros em foco estão abaixo mencionadas e resumidamente comentadas:

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar aparece como pioneira. Criada em 1995, é um programa de crédito que permite acesso a financiamento e custeio para

o desenvolvimento da agricultura familiar. Este Programa foi uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas, tendo como proposta principal: a sustentabilidade dos agricultores, o desenvolvimento local e a permanência do agricultor e seus familiares no campo.

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Surgida na década de 1940 no contexto da política do pós-guerra. Em 2003 inicia o processo de construção da PNATER – Política Nacional de ATER que tem como objetivo implantar e consolidar estratégia para o desenvolvimento rural sustentável estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho para os agricultores familiares. É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

PAA – Programa de Aquisição de Alimento, criado em 2003 através das ações do FOME ZERO e tem como propósito atender a população que se encontra em situação de vulnerabilidade em insegurança alimentar de forma descentralizada.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, como política pública foi consolidado em 2009, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho, que dá direito a agricultura familiar oferecer no mínimo 30% de seus produtos destinados para a Alimentação Escolar.

Agricultura familiar no Brasil

Com o advento da lei 11.326/2006, que institui as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais no Brasil, os agricultores/as no Brasil tiveram importantes conquistas visto que esse dispositivo legal reconhece a importância social e econômica da agricultura familiar por meio de políticas públicas permanentes, seja de crédito, assistência técnica, comercialização de seguro agrícola e igualdade, respeitando os aspectos de gênero e etnia.

O Art. 3º. da Lei da agricultura familiar considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Fornazier (2014), a partir da implantação desta lei, mudanças ocorreram, evidenciando alguns destes avanços tais como: a agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal; garante a participação de agricultores e agricultoras familiares na formulação e implementação das políticas; as relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social; Os órgãos governamentais

podem adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício do setor, para além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Embora o PRONAF tivesse outros objetivos, como a comercialização e a infraestrutura, teve um papel importante no crédito rural. Possibilitou que muitos agricultores que antes não participavam das linhas oficiais de financiamento do crédito rural passassem a utilizar dos recursos com a menor taxa de juros praticada no mercado.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) mostra o avanço nos recursos disponibilizados para o PRONAF:

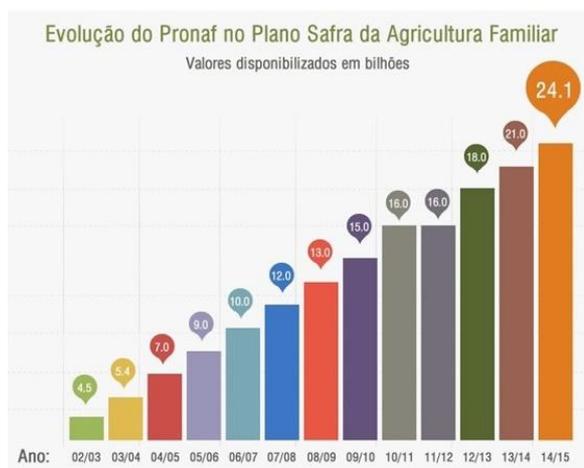


Gráfico 1.
Fonte:
MDA (2014).

O gráfico começa em 2003, quando o governo federal lança o Plano Safra da Agricultura Familiar,

[...] porém, mesmo antes já existiam recursos destinados à agricultura familiar. Estes foram disponibilizados nas safras 1999/2000, 2000/2001 e 2001/2002: R\$ 3,28, 3,98 e 4,20 bilhões, respectivamente. Assim, entre o valor disponibilizado no período de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o de Lula, ou seja, 2002/2003 e o destinado para a safra atual (2014/2014) houve um aumento de mais de 5 vezes. (FORNAZIER, 2014)

Mesmo o valor disponibilizado sendo crescente, há problemas de concentração de recursos em algumas culturas, grupos de agricultores (pois, os recursos são segmentados por grupos dentro da agricultura familiar – linhas do PRONAF) e regiões. A partir do PRONAF, em 2006, por meio da Lei n.º. 11.326 se estabelece a “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”.

Dentro desse contexto de viabilizar recursos e fortalecer a agricultura familiar, em 2003 é criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) por meio da Lei n.º. 10.696, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Este Programa representou uma oportunidade para os agricultores familiares comercializarem sua produção de forma direta ao seu público (instituições com insegurança alimen-

tar) com um preço justo. Os alimentos que são adquiridos da agricultura familiar além de contribuir para a segurança alimentar de diversas instituições é um complemento de renda para muitos agricultores familiares.

Endossando essa afirmativa, o Gestor | Municipal do PAA, em Petrolina, diz:

[...] com o PAA a gente percebe que muita coisa mudou, fora as instituições que recebem os produtos as pessoas também demonstram interesse em receber. O preço praticado pelo programa é bem melhor que o praticado por terceiros, ou seja, pelo atravessador.

Há diversos estudos que relatam a inclusão de atores sociais mais excluídos como assentados de reforma agrária no PAA, ou seja, é uma política que tem uma função de fornecer renda aos agricultores familiares, especialmente aos excluídos dos mercados.

O Gráfico 2, reproduzido abaixo, mostra a evolução dos recursos aplicados no PAA. Como as compras têm modalidades diferentes – para a formação de estoques estratégicos ou para doações –, os valores estão agregados.



Gráfico 2.
Fonte:
MDA (2014).

Assim, a evolução de recursos para as compras governamentais do PAA foi crescente até 2012, inserindo mais agricultores familiares. Esse programa representa um modelo de programa que vem sendo difundido por meio de cooperação internacional para outros países, principalmente para a África e outros países da América Latina.

Os alimentos que são adquiridos da agricultura familiar contribuem para a segurança alimentar e ao mesmo tempo o programa é importante fonte de renda para muitos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que foi criado anteriormente ao PAA segue a mesma lógica, foi criado o mecanismo de compras para este programa abrindo oportunidade para os agricultores familiares, além da melhoria da alimentação servida nas escolas.

A Lei nº. 11.947/2009 determina que 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados para compras da agricultura familiar. No Brasil, os 30% representam cerca de 1 bilhão de reais.

As compras em grande parte são realizadas pelos estados e municípios por meio das chamadas públicas com preços definidos nos mercados locais. Isso representa uma grande oportunidade de inserção dos agricultores familiares nos mercados locais, assim como nas grandes cidades.

Mesmo sendo uma Lei de 2009, nem todas as prefeituras conseguiram ainda realizar as compras da agricultura familiar. Alguns estudos relatam muitas dificuldades tanto por parte de quem recebe esses produtos, assim como para quem comercializa. No município de Petrolina, segundo o Gestor do PAA, um dos maiores entraves para operacionalização do programa chama-se “logística”.

O Sr. Dario, gestor do PAA no município de Petrolina-PE, quando inquirido sobre a maior dificuldade relacionada à operacionalização do PAA no município relatou:

[...] a maior dificuldade é operacional, é logística. O município detém um recurso do Ministério para estar comprando do agricultor familiar. Só que a logística quem tem que arcar é o município e trabalhamos com limitação muito grande de recurso para essa logística, para essa operacionalização. Então eu tenho um recurso muito bom para comprar; não posso tirar um real para um carro, para um profissional, enfim isso o município tem que arcar, talvez alguém possa entender como uma contrapartida, só que não é. Quando a gente trabalha com termo, não trabalha com contrapartida, nós temos uma área geográfica muito extensa e a gente precisa tá in loco, precisa visitar, precisa conhecer a realidade desses produtores... a logística para eu chegar até ele, eu preciso ter um carro, preciso ter um técnico, então tudo passa pela logística.

Esses entraves podem ser sanados com base em ações conjuntas ou políticas públicas auxiliares. Além disso, há a necessidade de vontade política dos executores das políticas públicas, principalmente os estados e municípios, assim como uma maior participação dos atores sociais na discussão das demandas, fiscalização, etc.

Assim, os avanços do governo federal, principalmente no crédito rural e criação de mercados institucionais, foram expressivos, mas requerem ações em outras áreas, desde investimentos conjuntos na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que vem sendo aperfeiçoada aos poucos, até infraestrutura, educação, organização social.

Principalmente, cabe a junção de esforços e trabalhos em conjunto entre sociedade civil, prefeituras e estados. Dessa forma, houve expressivo avanço tanto no crédito rural, mercados institucionais, quanto na criação de outros programas (Seguro Rural da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Territórios da Cidadania, entre outros).

Porém, para que a política saia do nível de criação e chegue aos beneficiários, são necessárias parcerias entre os entes federativos e suas organizações. Outras ações ou políticas podem não ter avançado tanto, o que mostra que algumas políticas ainda estão no embate de ideias e conflitos (inclusive dentro do próprio governo), algo presente nos diversos níveis das políticas públicas.

Contextualização dos perímetros de irrigação Bebedouro, Senador Nilo Coelho e área Maria Tereza

Os Perímetros de irrigação Bebedouro, Senador Nilo Coelho e área Maria Tereza estão localizados no município de Petrolina-PE, sendo que parte do Perímetro Senador Nilo Coelho, localiza-se no município de Casa Nova- BA.

A população desses perímetros, baseado na proporção de cinco pessoas para cada residência, apresenta aproximadamente 68.000 habitantes, estando a maior concentração no Nilo Coelho (Dados do relatório de ATER- PLANTEC- 2010).

Esses perímetros, principalmente o Bebedouro e Nilo Coelho foram concebidos com o propósito de trabalhar a agricultura familiar, tendo a produção de culturas anuais como principal forma de produção, porém foi introduzida a fruticultura que atualmente é predominante.

No Artigo de Ortega e Sobel é colocado o pensamento de Graziano da Silva (1989, p. 106), que diz:

O assentamento de colonos cria oportunidades para que famílias de trabalhadores rurais [...] tenham acesso à terra em condições excepcionais. Além do acesso à terra, os projetos públicos de irrigação oferecem aos irrigantes uma assistência quase total, uma vez que proporcionam, além da infraestrutura específica para irrigação, moradia, escola, posto de saúde, assistência técnica e creditícia.

Perímetro Bebedouro

O Perímetro Bebedouro, o pioneiro entre esses (1968), foi gerenciado e criado pela SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco, que nesse ano instalou, além de funcionários, os primeiros ”colonos”, pequenos produtores rurais, muitos desses vindos de áreas de sequeiro, sem experiência na agricultura irrigada.

O Bebedouro dista aproximadamente 40 km da sede do município e tem uma área total de 8.078,88 ha, com uma área irrigável de 1.809,90 ha, sendo 1.361,8 ha destinados a agricultores familiares e 448,10 ha destinados a empresas (DIP).

A infraestrutura produtiva é dotada com uma ocupação espacial, com áreas empresariais e com agricultores familiares, que se apresenta da seguinte forma:

Tabela 1. Dados
relatórios da
ATER.

CATEGORIA		QUANTIDADE	ÁREA MÉDIA (ha)
Empresas	Nº	04	Acima de 7,00
	ha	448,10	
Agricultores familiares	Nº	218	Abaixo de 7,00
	Há	1.361,80	

A estrutura habitacional é formada por sete vilas/núcleos habitacionais, com energia elétrica, água encanada, tendo na estrutura geral com creches, igrejas, escolas de 1º. e 2º. grau, postos de saúde, um distrito de irrigação que administra questões voltadas para a operação e manutenção do perímetro.

Estima-se a geração de 1950 empregos diretos e 2.900 empregos indiretos, com uma produção de 31.508 t de alimentos em 2013. (Fonte: Jornal CODEVASF).

Os principais produtos cultivados pelos agricultores familiares são: uva, manga, goiaba e acerola; culturas de ciclo temporário: macaxeira, milho, melancia e feijão.

Na estrutura voltada para a organização dos produtores, atualmente duas organizações se destacam, sendo uma cooperativa – CAMBE – Cooperativa Agropecuária Mista de Bebedouro –, e uma associação, APPUB – Associação dos Pequenos Produtores do Bebedouro.

Perímetro Nilo Coelho e área Maria Tereza

O Perímetro Irrigado Nilo Coelho tem sua sede aproximadamente a 15 km do centro da cidade, é considerado o maior perímetro público em operação no Brasil. O mesmo foi construído em duas etapas, sendo o Nilo Coelho e a sua extensão, a área Maria Tereza.

A primeira teve seu funcionamento iniciado no ano de 1984 e com a conclusão das obras, a segunda fase que compreende a área Maria Tereza, em 1996, estando a sua sede a 25 km do centro da cidade. A área total do Perímetro é de 40.763 ha (incluindo a área Maria Tereza). Sendo a área irrigável 17.499,85 ha (Nilo Coelho) e 5.446,83 ha (área Maria Tereza), onde sua área total irrigável é de 22.946,68 ha.

Quanto à ocupação espacial, tem-se que 1.961 lotes são de pequenos produtores e 356 de pequenas, médias e grandes empresas.

Tabela 2.
Fonte: DINC.

Categoria		Total	Área média
Grandes empresas	nº.	47	Acima 50,00 ha
	ha	6.139,10	
Pequenas e médias empresas	nº.	309	De 7,10 a 50,00 ha
	ha	5.231,35	
Pequenos produtores	nº.	1961	Até 7,00 ha
	ha	11.634,41	

O Nilo Coelho é dotado de uma estrutura composta por três centros de serviços, 11 núcleos habitacionais, que dentre outros, possuem a seguinte composição: escolas, igrejas, principais ruas asfaltadas, comércio, alguns postos de saúde, energia elétrica, água encanada, embora não seja tratada, exceto no núcleo 11 e no centro administrativo (C1); associações de produtores e moradores e cooperativas, estando umas ativas e outras inativas.

Entre as organizações ativas, no Perímetro Nilo Coelho, considerando as que desenvolvem atividades mais direcionadas à organização para produção e comercialização, destacam-se a COOAPINC – Cooperativa Agrícola dos Produtores Irrigantes do Núcleo 04, a APRN VI – Associação de Produtores Rurais do Núcleo 06 e a AS-CAMP – Associação dos Criadores de Abelha do Município de Petrolina, que tem o mel como carro-chefe, porém desenvolve atividade com outros produtos como frutas.

Na área Maria Tereza, cuja estrutura é diferenciada em alguns aspectos, visto que as casas dos agricultores ficam nos lotes. A área está dividida em seis núcleos agrícolas, nos quais existem cinco vilas, quatro são pequenas com escolas menores e uma vila mais aparelhada com escolas, comércio, posto de saúde, posto de gasolina entre outras. Conta com cinco Associações de Produtores e Moradores e duas Cooperativas. Dentre as organizações, a que se destaca é a COMAIAMT – Cooperativa Mista dos Irrigantes da Área Maria Tereza.

No Nilo Coelho e Área Maria Tereza, os principais produtos cultivados são: uva, manga, goiaba, coco, banana e acerola; e culturas de ciclo curto: macaxeira, feijão e melancia.

As famílias dos agricultores familiares dos citados perímetros recebem os serviços de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, através de empresas contratadas pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, que tem no leque dos serviços prestados, através de uma equipe multiprofissional, uma assessoria voltada para o contexto da produção, gestão e desenvolvimento organizacional, crédito, questões ambientais, ações voltadas para comercialização e pós-colheita.

Nessa conjuntura, os técnicos da ATER atuam através da utilização de metodologias participativas, com foco na PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Assim, quando se está qualificando extensionistas numa perspectiva tecnológica é preciso entender que 'não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas', por isso mesmo se torna fundamental uma visão sistêmica e holística da realidade. Os conteúdos técnicos devem adquirir significado, não por eles mesmos, mas pelo que podem vir-a-ser no contexto de uma ação transformadora. (FREIRE, 1968 p. 86)

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela equipe, está o de fomentar políticas públicas com vista ao fortalecimento dos agricultores e suas organizações. Nesse con-

texto, esse trabalho apresenta um breve olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, quando questiona sobre a efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade?

Dos quase 2.000 produtores que têm direito a esse serviço de ATER, aproximadamente 50% fazem parte de cooperativas e associações de produtores e moradores.

A partir de um apanhado de informações relacionadas às organizações e produtores dos Perímetros será aqui demonstrada uma síntese do cenário dos principais entraves e pontos de fortalecimento frente aos direitos às políticas públicas. É interessante destacar a dinâmica necessária e os trâmites para a efetivação do acesso a algumas políticas voltadas para a agricultura familiar seja de forma individual ou coletiva, assim como o conjunto de instituições que são movimentadas para fazer chegar esses direitos aos seus beneficiários.

Analisando o cenário geral, ficam evidenciados alguns entraves, como por exemplo: a falta de um maior conhecimento por parte dos agricultores e suas organizações sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e critérios para acessá-las, apesar do fomento feito pela ATER; reduzido número de produtores que detêm a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF; falta de mais conhecimento das chamadas públicas e dos editais para participar de programas; pouca divulgação dos programas; burocracia para acessar a DAP; limitação de demanda para oferta de produtos; incredulidade; a garantia da demanda/compra de 30% de produtos originados da agricultura familiar para o PNAE.

Algumas declarações feitas pela produtora Eliete Ferreira:

Com relação ao PNAE, o maior problema que temos não é com os sócios, não é com a organização, é fora dela e eu não diria que seja a burocracia porque se sinceramente, estivessem usando de burocracia, eu estava contente, porque eu sei o seguinte: se a lei está dizendo não passe do risco, eu vou até o risco, se eu puder eu passo, se eu não puder eu não passo.

A sugestão dada pela agricultora para fazer frente a essas questões foi:

O que eu sempre cobro é que usem a lei, porque se usar a lei, eu como agricultor tenho que me adequar a ela, no mais são detalhes. [...] A questão da logística não compete ao agricultor [sócio] porque a logística interna do agricultor, essa a gente [associação] faz, o que compete aos outros é que cada um cumpra sua parte.

Outra dificuldade mencionada pela agricultora no processo de participação no PNAE foi: “Nosso problema está no processo licitatório”.

Alguns pontos fortalecedores: a assessoria da ATER como facilitadora no processo para a participação dos produtores e organizações nos programas; a diversificação de produtos durante o ano, inclusive produtos orgânicos que podem ser ofertados;

o fortalecimento de algumas organizações a partir da comercialização via programas como o PAA e PNAE, o fator motivacional relacionado aos preços diferenciados com relação aos praticados no mercado, são alguns dos fatores relevantes.

A agricultora Eliete Ferreira, que faz parte da associação do Núcleo 06, fez ainda considerações a alguns fatores de fortalecimento para a associação, a partir do acesso a algumas políticas públicas:

[...] houve várias melhorias na questão da organização que é fortalecida. A associação continua viva no setor de comercialização... comercializa tanto com o PAA, PNAE, como pessoa física e vai atrás de outros compradores. As informações são centralizadas e distribuídas para o agricultor e também cabe ao agricultor ir buscar lá... eu vejo que aumentou significativamente o número de sócios, embora a gente tenha os problemas internos, mas isso acontece em toda associação.

A gente tá buscando outras maneiras... casa de polpa, agroindústria. Vamos agregar valor, estamos buscando o diferencial.

O agricultor Natalício Luiz, gestor de uma associação de produtores e apicultores, fez as seguintes referências quanto às maiores dificuldades e entraves para acessar o PAA e PNAE:

O que mais dói na gente é que não é agricultura familiar...
[...] muito burocráticas as coisas, muito difícil, seria bom que tirasse a burocracia. A gente tem que participar de muitas reuniões com esse pessoal. Na realidade as coisas vão como eles querem, não como a gente quer... a gente não tem conhecimento total das leis.

O agricultor ainda faz referência a que o apoio da ATER é muito importante no processo e relata sua expectativa com relação ao pleito de um novo sindicato, que está em trâmites finais para iniciar a emissão de DAP, visto que para esse público apenas o IPA e STR estão habilitados atualmente para emitir a DAP.

O agricultor orgânico, Mariano Inácio, que está iniciando a comercialização via PAA, falou da sua expectativa: “minha motivação é que se dê oportunidade às culturas que têm... à quantidade também... que não adianta você ter e pegar o mínimo possível e o restante como é que fica?”

No ano em que se comemora o Ano Internacional da Agricultura Familiar (2014), a equipe de ATER, em parceria com outras instituições, vem desenvolvendo ações conjuntas nos perímetros em referência. Em continuidade ao que já vinha sendo feito em anos anteriores, articulada com a Prefeitura Municipal de Petrolina, através da qual se veiculam os programas PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar no município, fez um trabalho de fomento, no primeiro semestre de 2014 quanto ao PAA, onde realizou reuniões com produtores dos núcleos do Nilo Coelho, na área Maria Tereza e Bebedouro.

Os profissionais da ATER, durante esse ano fizeram um trabalho intenso nos perímetros no que diz respeito à importância da aquisição da DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, visto ser a mesma um instrumento imprescindível para acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Para acessar esse documento uma parceria institucional se estabeleceu onde cada um tem papel fundamental, nesse contexto, a ATER através de sua equipe técnica faz um trabalho de sensibilização e reflexão sobre a importância da DAP, caminhos para a aquisição, emite laudos técnicos e elabora projetos sociais, o Sindicato e IPA – Instituto de Pesquisa Agropecuária e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, órgãos habilitados para emitir esse documento no município, realizam a emissão tanto individual como institucional.

Com relação ao PAA, segundo o Senhor Dario Lopes, gestor desse programa no município, mais ou menos 600 agricultores estão aptos a acessarem o programa no município. A maioria dos agricultores que participam é procedente de áreas de sequeiro e aproximadamente 34% dos agricultores, de área irrigada, estando esses distribuídos nos diversos núcleos dos perímetros.

Os técnicos da ATER nos seus trabalhos reforçam o acesso a esses programas com o intuito de fortalecer as famílias de agricultores familiares e suas organizações, sendo enfatizadas questões que agregam valor nesse processo como as questões relacionadas a gênero e produtos agroecológicos. O incentivo à participação dos agricultores nos espaços deliberativos e de controle social, a exemplo dos conselhos municipais, são motes dos profissionais da ATER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas relacionadas à agricultura familiar e políticas públicas contribuíram para mostrar a importância de conhecer direitos e buscar estratégias para acessar importantes instrumentos para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e para geração e agregação de renda para os agricultores/as familiares. Com esse trabalho foi verificado/mostrado benefícios e entraves enfrentados por agricultores/as e organizações para acessar políticas ditas de direito dos agricultores/as familiares nos Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro, assim como uma amostragem de benefícios apresentados pelos que conseguiram acessar algumas dessas políticas.

No transcorrer do trabalho ficou evidenciado que ocorrendo a minimização de processos burocráticos, assim como a expansão de informações junto aos produtores será facilitado e ampliado o número de beneficiários, benefícios e responsabilidades compartilhadas.

Com esse estudo espera-se que haja uma reflexão sobre os caminhos para a efetivação do acesso às políticas públicas tendo como indicador resultados que apontem para o fortalecimento dos agricultores, suas famílias e organizações e sobretudo para uma melhoria da qualidade de vida e o empoderamento para essa busca poderá se dar a partir da efetiva e ampla participação dos agricultores nos diversos espaços de controle social, tais como conselhos municipais e arranjos organizativos, com o aparelha-

mento dos órgãos que facilitam a emissão de DAP que se constitui um dos primeiros passos, senão o primeiro, para a efetivação de direitos do agricultor familiar. Importante ressaltar que a aplicação/cumprimento da legislação voltada para a agricultura familiar será fator imperativo para que a efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar seja de fato uma realidade e não uma utopia.

REFERÊNCIAS

ATER PLANTEC. **Relatórios da Equipe de ATER PLANTEC.** (2010 a 2012)

CODEVASE. **Boletins informativos da CODEVASF.** Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/promocao-e-divulgacao/boletim-informativo-dos-perimetros-da-codevasf>>. Acesso em 2 nov. 2014.

DINC. **Boletins informativos do DINC** (ano 2013).

FORNAZIER, Armando. O avanço das políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista Brasil Debate**, 2014.

ORTEGA, Antônio César; SOBEL, Tiago Farias. **Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE).** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/198/192>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PNATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** (s/d.).

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** *Sociologias*, ano 8, n. 16, jul./ dez. 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

PITA, Eucilene Rodrigues; NASCIMENTO, Licia Regina Gonzaga do; BRANDÃO, Telma Coimbra. A efetivação de direitos às políticas públicas para a agricultura familiar: utopia ou realidade? Um olhar para os Perímetros Nilo Coelho, área Maria Tereza e Bebedouro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 29-42, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.